

» Entrevista | **SOUZA PRUDENTE** | DESEMBARGADOR FEDERAL

Para o diretor da Escola Superior da Magistratura Federal, o terrorismo de 8 de janeiro mostrou que a maioria esmagadora da sociedade brasileira repudia o ataque aos Três Poderes e não aceita manobras que atentem contra o Estado de Direito

“A democracia está no coração”

» RAPHAEL PATI*

Depois dos atos terroristas de 8 de janeiro, a sociedade brasileira não apenas reforçou seu apreço pela democracia, mas mostrou que não concorda com o golpismo e a destruição promovida pelos bolsonaristas. A avaliação é do desembargador federal Antonio Souza Prudente, também diretor da Escola Superior da Magistratura Federal. Em entrevista ao CB.Poder — uma iniciativa do Correio Braziliense e da TV Brasília —, ele observou que a maturidade do brasileiro mostra às franjas radicais do bolsonarismo que o princípio do Estado de Direito não está encapsulado nas sedes dos Três Poderes, mas está dentro de boa parte dos cidadãos. O magistrado ainda elogiou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter ido pessoalmente às terras ianomâmis para constatar a violência cometida contra a etnia. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Nessa crise que a gente viveu nesse começo de ano, o Judiciário está dando uma resposta à altura em defesa da democracia?

Sim, porque essa resposta do Judiciário não depende só dele. Um exemplo: a grave questão dos ianomâmis, que teve por parte do STF (Supremo Tribunal Federal) um exaustivo trabalho para definir a demarcação das terras indígenas. Foram abandonados por um governo, que deu as costas a esse povo, que precisava de assistência.

A decisão do presidente Lula de ir à terra ianomâmi foi importante?

Sem dúvida. Ele não só assume as altas responsabilidades governamentais, mas é um presidente humano, que sente a dor e a tragédia dessas pessoas chamadas descapacitadas, que precisam da proteção do Estado de forma célere e imediata. Não é como

Mariana Lins/CB/DA Press



Esse episódio (8 de janeiro) agrediu a cada cidadão brasileiro que tem consciência de que amamos a paz, base de um Estado Democrático como a Constituição determina”

aconteceu no passado, quando houve a tragédia de Mariana e a então presidenta (Dilma Rousseff) sobrevoou a área. Não é para sobrevoar, tem que realmente ir lá e verificar o que está acontecendo. Lula tem essa sensibilidade.

Sobre o 8 de janeiro. Foi uma dor para o senhor ver a destruição?

Esse episódio agrediu a cada cidadão brasileiro que tem consciência de que amamos a paz, base fundamental de um Estado Democrático como a Constituição determina. Foi chocante. Como membro titular do Tribunal

Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), já havia feito alguns pronunciamentos no sentido de que seria inconcebível a manutenção daqueles acampamentos ao redor do QG do Exército. Como disse o ministro Flávio Dino, aquilo, realmente, era uma incubadora de revoltosos informados, portadores daquilo que considero uma doença mental, chamada bolsonarismo, no qual os valores fundamentais do Estado de Direito são desprezados. Essa invasão não tem nenhuma justificativa, até porque a destruição de obras de arte, dos

edifícios e dos Poderes da República jamais vai atingir a alma do povo e de todos os que prezam pela democracia. A democracia não está ali no prédio, está no coração de cada um de nós.

Esse episódio uniu ainda mais aqueles que defendem a democracia, não?

Exatamente. Mas quero parabenizar a todos nós, brasileiros. Temos que parabenizar o belíssimo trabalho do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes. Um constitucionalista, cônsul das suas

atividades. As medidas que tem adotado realmente se constituem no baluarte desse Estado Democrático de Direito.

O senhor acha que a postura do ministro tem sido importante para resolver a questão?

Uma das virtudes do juiz é a coragem e isso não se aprende nos livros. Isso se aprende no dia a dia, no exercício da jurisdição. O juiz tem que ter essa postura do ministro Alexandre de não só pronunciar a sua decisão, mas se engajar no cumprimento da decisão. Isso se chama no direito de eficácia

plena das decisões judiciais. Temos Três Poderes da República e esse poder vem de onde? Do povo, diz a Constituição. As eleições do Brasil não deixaram nenhuma marca — limpas, que não deixam a mínima margem para qualquer censura. Tanto que vários candidatos do governo anterior foram eleitos por essas urnas. É preciso que nós, magistrados, nos unamos nessa luta pela democracia e não deixar margem para que essa virose mental e psíquica, que se chama bolsonarismo, possa tomar conta do país.

Não tem sido fácil ser ministro do STF. Eles têm sido atacados constantemente.

Por isso que eu acho que, realmente, a coisa é doentia. Porque não se justifica não aceitar este resultado democrático das urnas, atacar os membros do Judiciário sem nenhum fundamento. Falar em quatro linhas (da Constituição)? Isso não existe.

Pouco antes da eleição, o então vice-presidente do TRE-DF, desembargador Sebastião Coelho, se manifestou defendendo o então Presidente Bolsonaro. O senhor se sentiu incomodado?

Extremamente. Um tribunal como o nosso tem juízes independentes, mas respeita o posicionamento das Cortes superiores. Posso não concordar com uma decisão judicial, mas isso não justifica uma postura de incitamento ao crime, mormente na função do colega, que era corregedor da justiça do TRE-DF. Totalmente reprovável essa postura. Acredito que somente a decisão do ministro Alexandre de cobrar as responsabilidades de quem pretenda agredir os poderes públicos e o Estado Democrático de Direito é que faz com que este nosso colega se aposentasse.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Luiz Silveira/Agência CNJ



Segundo Salomão, além das fake news, juíza tinha baixa produtividade

CNJ afasta juíza que divulgou mentiras

» LUANA PATRIOLINO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, ontem, afastar a juíza Ludmila Lins Grilo, da Vara de Infância e Juventude da comarca de Unaí (MG) por uma série de comportamentos considerados reprováveis pelo colegiado. Entre os mais graves estão o excesso de faltas ao trabalho presencial, a disseminação de fake news bolsonaristas, a incitação de aglomeração durante a pandemia de covid-19 e ataques aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Outros 20 juízes serão julgados.

A decisão do CNJ foi unânime. Também foi determinada a abertura de dois processos administrativos contra Ludmila. A primeira investigação interna vai apurar se ela violou os deveres funcionais, pois se recusava a voltar ao trabalho presencial mesmo sem autorização para permanecer em home office. Uma inspeção

apontou, ainda, faltas sistemáticas na comarca, baixa produtividade, morosidade e exercício paralelo de atividade empresarial. Ao todo, a auditoria encontrou 1.291 processos parados.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, votou pela abertura do processo e afastamento, para que Ludmila responda à investigação fora da função. Ele afirmou que a juíza demonstrou “total desleixo” com o trabalho e “imenso desprestígio” com a magistratura.

“A reclamada não cumpre seus deveres básicos, deixando de comparecer no fórum mesmo sem ter autorização para realizar teletrabalho, negligenciando a gestão do cartório e deixando fiscalizar os atos de seus subordinados. Réus presos sem sentença, réus soltos sem audiência, um desleixo absoluto com a atividade”, criticou.

Salomão foi acompanhado por todos os integrantes do CNJ. “A

reclamada não cumpre seu dever de assiduidade nem o seu dever de despachar e proferir sentenças em nenhum dia da semana, realizando toda a sua atividade pelo meio virtual. Vários magistrados sofrem ameaça e nem por isso deixam de cumprir sua obrigação”, acrescentou Salomão.

“Estartalhaço”

Ludmila alegou, em sua defesa, que é vítima de um “assassinato de reputação” e de um “estardalhaço midiático”. Ela disse que deixou o expediente presencial e começou a fazer audiências a partir de cidades alternadas porque passou a sofrer ameaças por conta de sua atuação na magistratura.

A juíza afastada salientou, ao se justificar diante do CNJ, que teve que “provar a minha própria segurança, trabalhando integralmente por videoconferência”. Ludmila afirmou, ainda, que “tanto o

CNJ, quanto o TJ-MG mostraram absoluto desprezo e, no mínimo, indiferença pela minha integridade física e pela minha vida”. “Lamentavelmente, o estado falhou e coube a mim mesma promover as medidas necessárias para promover adequadamente a minha segurança”, argumentou.

A juíza tem um histórico de polêmicas e reflete posições alinhadas com o bolsonarismo. Pelas redes sociais que mantém, referiu-se aos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso como “perseguidores-gerais da República do Brasil, além de acusar os integrantes do STF de “ativismo judicial” e sugerir o impeachment deles.

O CNJ também começou a julgar o caso de um juiz do Mato Grosso que exigia de advogados poderes em procuração que não estão previstos na lei. Mas Salomão pediu vista e suspendeu a análise.

CONGRESSO

Comissões “ideológicas” na mira

» RAPHAEL FELICE
» KELLY HEKALLY
Especial para o Correio

As três principais bancadas da Câmara dos Deputados já estão em campo para tentar controlar comissões permanentes da Casa na qual se prevê que acontecerão os principais embates entre governo e oposição. PL, PT e PP negociam para tentar comandar, além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a de Educação e a de Finanças, Fiscalização e Controle.

Os três colegiados entraram na mira dos três partidos porque devem confrontar os princípios defendidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os de Jair Bolsonaro. Na de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, temas como a defesa da Amazônia, a preservação dos biomas e o respeito aos territórios dos povos nativos devem se contrapor ao estímulo ao garimpo e à pouca preocupação com a preservação ambiental, marcas do governo anterior.

Da mesma maneira, na

Comissão de Educação se verá o embate entre princípios defendidos pela esquerda — como aqueles estabelecidos pelo acadêmico e educador Paulo Freire — com alguns caros à extrema direita, como o conceito da escola sem partido e o ensino forma em casa (o chamado homeschooling).

Numa tentativa de evitar confrontos entre as legendas que o apoiaram à reeleição, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), promoveu uma reunião entre as lideranças para que o processo de escolha e divisão das

comissões se dê de forma pactuada. O PSol, segundo o líder Guilherme Boulos (SP), pleiteia a de Povos Originários, uma das recém-criadas por Lira. Já o PP pretende ficar com a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a de Educação, além da de Agricultura e a de Saúde.

O PSB tem acordo para presidir a Comissão de Indústria e Comércio, segundo o líder Felipe Carreras (PE). O PT, que presidirá a CCJ, pretende controlar mais quatro: Relações Exteriores e Defesa Nacional; Saúde; Cultura; e Desenvolvimento Humano. O PSD, por sua vez, mira três comissões: Finanças, Fiscalização e Controle; Tributação; e Comunicações.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Boulos: PSol quer a recém-criada Comissão de Povos Originários